



**Sindicato Nacional dos Servidores Federais
da Educação Básica, Profissional e Tecnológica**

- SEÇÃO SINDICAL DO IF SERTÃO PE -

Fundada em 19/04/2013 - CNPJ 03.658.820/0059-80

Ofício 02/2018

Petrolina-PE, 22 de janeiro de 2018.

À Reitora do IF SERTÃO-PE
Maria Leopoldina Veras Camelo

Recebido na SEITORIA
Em 22/01/18
às 10:00 h
Ass. [assinatura]
Tr. Sertão Pernambucano

ASSUNTO: PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS, CONTESTAÇÃO E REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO 45/2017 - CONSUP, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Magnífica Reitora,

Vimos tratar de questões pertinentes acerca da **Resolução 45/2017 - CONSUP**, de 18 de dezembro, que dispõe sobre “MOVIMENTAÇÃO DE SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO”. Aprovada aos 15 de dezembro de 2017 pelo Conselho Superior (CONSUP), tendo como relator do ponto de pauta o servidor Alexandre Roberto de Souza Correia, e o mesmo como Presidente do Conselho Superior em exercício.

1. Aos 15 de dezembro de 2017 foi realizada reunião do CONSUP, tendo como pauta “Reforma da Resolução nº 36/2015 - Movimentação de Servidores do IF Sertão-PE”.

Solicitamos:

- a) A Ata da referida reunião.
- b) Qual meio houve ampla divulgação desta reunião, suas pautas e arquivos em anexo junto a todos(as) servidores(as) do IF Sertão-PE? E qual período de antecedência para apreciação e possível debate na base?
- c) Um posicionamento administrativo e/ou político, se os membros do CONSUP representam a si próprio, e assim não se faz necessário o diálogo e o debate com a base, ou se representam a classe/categoria que os elegeram. Em caso do segundo, em que espaços, momentos e maneira são garantidos o processo democrático, de construção coletiva e de transparência?

2. Aos 03 de janeiro de 2018, o Sinasefe IF Sertão-PE enviou o “Ofício 01” a administração da Instituição solicitando a frequência da reunião em questão. Na devolutiva constata-se a presença de apenas 09 membros. Sendo 07 Dirigentes (05 Pró-Reitores e 02 Diretores), apenas 01 docente e nenhum TAE.

Solicitamos:

d) Conforme a atual composição do CONSUP - de 26 membros - houve *quórum*?

Acreditamos que não houve representatividade das categorias (docente e TAE) diretamente afetadas com a aprovação da presente Resolução. Bem como, não legitimidade.

3. Conforme bem expresso no Art. 1º da Resolução 45/2017, a Lei 8.112/90 versa sobre a forma de movimentação do servidor público federal (redistribuição, remoção, colaboração técnica). A **referida legislação não trata** sobre o servidor pleitear a movimentação “*após ter decorrido o período de 03 (três) anos de permanência na unidade institucional*” (Art. 2º da Resolução 45/2017).

3.1. Impõe os 03 (três) anos ser no *Campus*, e não na rede IF SERTÃO-PE: “*após ter decorrido o período de 03 (três) anos de permanência na unidade institucional do IF SERTÃO-PE que está lotado*”.

3.2. A lógica não é compatível com a Resolução 32/2017, que dispõe sobre Afastamento para Capacitação, quando em seu Art. 32 versa “*os servidores beneficiados pelos afastamentos [...] terão que permanecer no efetivo exercício de suas funções no IF SERTÃO-PE após o retorno, por um período igual ao do afastamento [...]*”. Trata de permanecer “no IF SERTÃO-PE”, e não “na unidade institucional que está lotado”.

Solicitamos:

e) Se a legislação 8.112/90 (Título II, Cap. III - Da Remoção e Da Redistribuição, Art. 36 e 37) não trata de tempo para Movimentação do Servidor. Por que o IF SERTÃO-PE quer adotar tal critério?

f) Qual o parâmetro e quais justificativas para a administração do IF SERTÃO-PE adotar/impor 03 (três) anos de permanência do servidor para pleitear uma movimentação?

g) Os servidores com tempo superior a 03 (três) anos no IF SERTÃO-PE, que pleitear remoção, e assim se encontrar em outro *Campus*, deverá também permanecer por 03 (três) anos na atual unidade de lotação para pleitear uma nova movimentação? Por quê?

Acreditamos que tal medida se configura como cárcere privado, uma vez que priva a liberdade, recai em constrangimento ilegal e o servidor tem sua locomoção tolhida.

4. Na Resolução consta:

“Serão usados como critérios de classificação e desempate, [...] I - Fator de efetiva contribuição institucional, que é medido pelo produto da pontuação das efetivas contribuições institucionais, obtida no barema (Anexo VIII) realizadas pelo servidor durante o tempo de efetivo exercício na atual unidade de lotação.” - Art. 26, § 2º.

Solicitamos:

h) O CONSUP aprovou uma Resolução com ausência de anexos impreteríveis (ênfase no Anexo VIII - Barema) para sua devida compreensão na totalidade?

i) O que é, de fato, efetiva contribuição institucional? Como uma “efetiva contribuição institucional” é mensurada?

j) Quando o servidor for removido, sua “efetiva contribuição” será em sua “atual unidade de lotação” (Art. 26, § 2º). Anula-se e desconsidera todo seu histórico na Instituição?

k) Como será tratada a “efetiva contribuição” dos(as) servidores(as) que se encontrarem afastados por motivos de licença maternidade, licença médica e afastamento para capacitação, uma vez que não estarão em exercício? Serão considerados(as) servidores(as) não produtivos(as) e serão vítimas/penalizados(as)?

l) Quais Institutos Federais adotam o presente instrumento? O IF SERTÃO-PE pretende ser pioneiro?

m) Os servidores foram consultados pela gestão/administração, pelos membros do CONSUP - representantes eleitos - se desejam estes critérios para Movimentação de Servidores?

n) O que a atual gestão/administração do IF SERTÃO-PE pretende impactar na Instituição ao adotar/impor o referido critério?

Acreditamos que este modelo segue uma lógica de produtividade empresarial, do setor privado, que constrange o servidor, gera competitividade não saudável juntos dos servidores, abre indícios de assédio moral velado.

A lógica não é compatível com a Resolução 32/2017, quando versa do primeiro critério **“maior tempo de serviço prestado ao IF SERTÃO PE”** para Afastamento para Capacitação (Art. 13, Inciso I). Critério este que poderia ser o adotado para Movimentação de Servidores. De caráter objetivo.

Outra, por questão de ordem, de prudência, de probidade administrativa, não se deve aprovar um documento incompleto. É inconstitucional, indecoroso, autoritário, arbitrário, ditatorial, impositivo, propício a lesar as pessoas e cessa o diálogo.

5. Parecer Jurídico:

A Administração Pública está vinculada a princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1.988, mais especificamente no artigo 37, que estabelece em seu caput o seguinte teor: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Devem ser destacados dois princípios no presente caso concretos: o da legalidade e o da publicidade. Quanto a este último parece ser algo óbvio de que a Administração tem o dever de dar publicidade acerca de qualquer ato administrativo que venha a ser proferido. A Administração não pode tomar decisões que limitem os Direitos coletivos sem a necessária convocação dos interessados.

Toda decisão que seja tomada pela Administração envolve interesses públicos, e consequentemente o raio de sujeitos interessados e/ou afetados por atos administrativos é coletivo. Logo, a publicidade visa assegurar a participação dos sujeitos interessados, o dialogo e o debate faz parte do Estado Democrático de Direito.

Desta forma, os atos administrativos sem a devida publicidade devem ser revistos e anulados para que todos os interessados e envolvidos participem do mesmo, nos termos preconizados pela Carta Magna de 1.988.

Não é compreensível ainda que o outro princípio acima destacado não seja também efetivado, qual seja, o princípio da legalidade. O mencionado princípio estabelece que o Administrador está vinculado a Lei, e consequentemente deve agir em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Quando a Lei não restringir Direitos dos Servidores, não cabe a Administração fazer tal restrição por meio de atos administrativos, sejam eles os decretos, resoluções, portarias, despachos, etc.

O princípio da legalidade visa justamente garantir que os Servidores não tenham seus Direitos limitados, a não ser que seja por Lei. A administração estabelecer um tempo mínimo de 3 anos sem que a Lei disponha nada neste sentido e aprovar um documento incompleto, é ilegal, e deve ser decretada a sua nulidade de pleno direito.

Por tudo posto no presente ofício, **solicitamos, através do diálogo, esclarecimentos e revogação da Resolução 45/2017**, até o esgotamento dos debates com a devida submissão do documento completo, respeitando os princípios da publicidade e da legalidade, nos espaços pertinentes (sejam na Plataforma Colabore, em Plenárias, no CODI, no CONSUP).

Propomos um prazo de 15 dias para devolutiva, a partir do recebimento. Caso a Administração julgue necessário outro interstício de tempo, apresentá-lo. Para que possamos, enquanto Sinasefe IF Sertão-PE, repassar as informações aos trabalhadores(as) sindicalizados(as) e no geral.

Respeitosamente,



Juciel de Araújo Lima

Diretoria de Coordenação Geral do Sinasefe IF Sertão-PE

Diretoria Executiva | Sinasefe IF Sertão-PE
Av. Souza Filho, Nº 842, Galeria Alameda Center,
Sala 104, 1º andar, Centro - Petrolina/PE
(87) 98812-1921 | www.sinasefesertaope.com